JOSÉ FONTES DE MELLO

AS PÉROLAS DE BAZARUTO

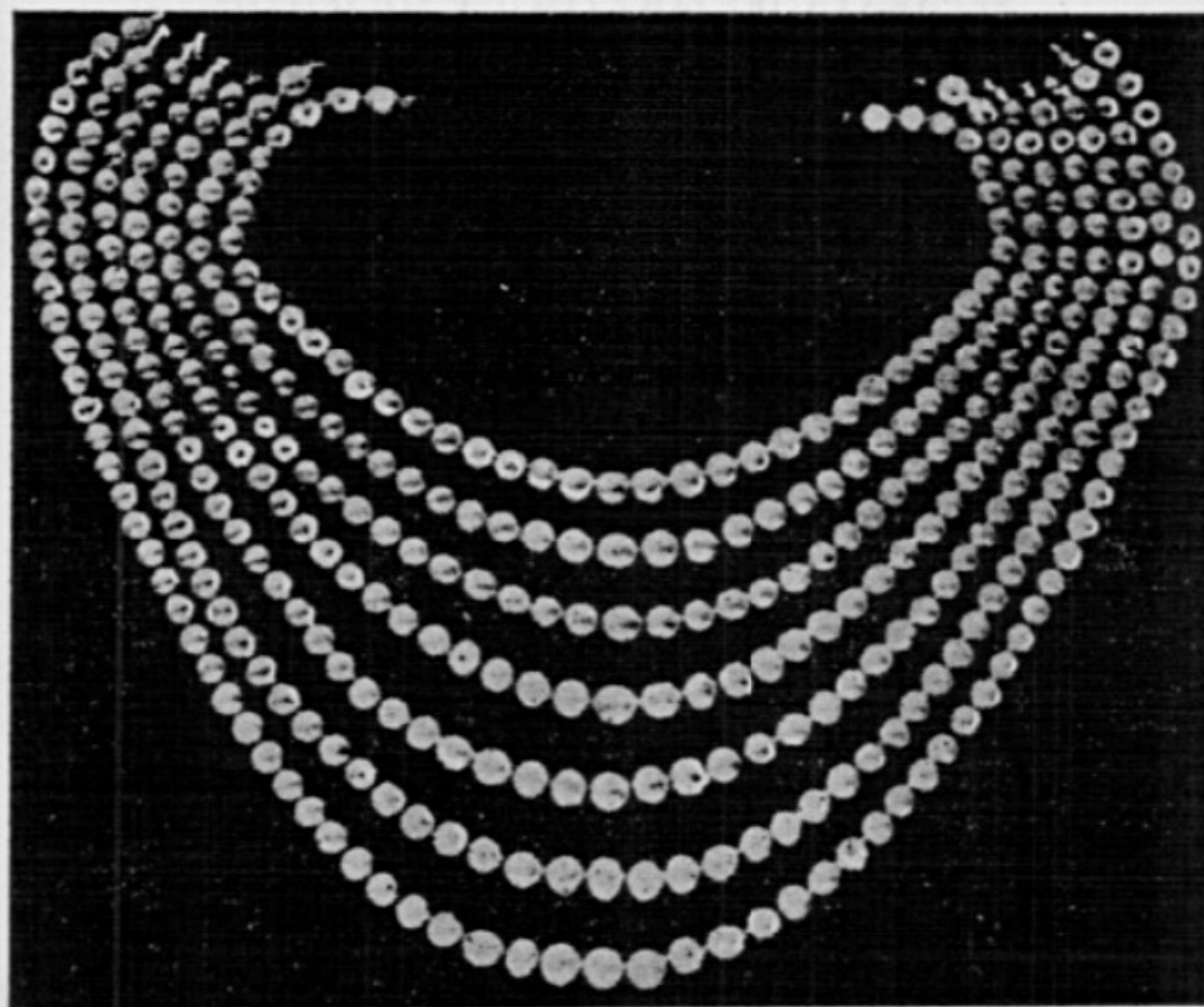
VANTAGENS ECONÓMICAS DA SUA EXPLORAÇÃO PARA A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

LISBOA — 1949

JOSÉ FONTES DE MELLO

AS PÉROLAS DE BAZARUTO

VANTAGENS ECONÓMICAS DA SUA EXPLORAÇÃO PARA A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 7 de Fevereiro de 1949

Valioso colar de pérolas, de sete voltas. Uma das mais belas joias da maravilhosa colecção, que foi da Princesa Matilde de França (Um terço do tamanho natural)

SEPARATA DO BOLETIM DA SOCIEDADE
DE GEOGRAFIA DE LISBOA — N.os 5 e 6
67.ª Série — 1949

Ao Ex.mo Senhor Professor Dr. Armindo Monteiro, como preito de homenagem à obra por Sua Excelencia realisada, quando sobraçou a pasta das Colónias.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1950

Seu admirador

José Fontes de Mello

O MARFIM VEGETAL

AS CONCHAS E BÚZIOS MARINHOS DE MOÇAMBIQUE

A INDÚSTRIA DOS CAMAFEUS E OS BÚZIOS «CASSIS RUFA»

AS MADREPÉROLAS

AS PÉROLAS

OS BANCOS PEROLÍFEROS DE BAZARUTO

NA CAPA — *Exemplar de concha perolífera de Bazaruto «Meleagrina» variedade Pérsica (tamanho natural)*

Antes de entrar no tema «*As Pérolas do Bazaruto*» (Vantagens da sua exploração para a economia da Colónia de Moçambique) e porque os meus trabalhos naquela Colónia não dizem respeito só às pérolas mas também às conchas perolíferas e a outras, e ainda ao marfim vegetal, farei em primeiro lugar referências ligeiras a este, seguidas de um resumo histórico da arte de incisão sobre búzios daquela nossa Colónia e depois entrarei no assunto subordinado ao tema referido, se com isso não abuso da vossa benevolência.

O MARFIM VEGETAL

Sob a designação de «marfim vegetal», são conhecidos os frutos de algumas palmeiras, ou, mais pròpriamente dito, as amêndoas neles contidas.

Entre as palmeiras que produzem o «marfim vegetal», são sem dúvida, mais conhecidas, as «*Phytelephas*», distribuídas por algumas regiões do Perú, Equador, Colombia, Brasil, etc., onde são designadas pelo nome vulgar de «jarina», «tagua» ou «corozo», as «*Hyphaene*» e as «*Coelococcus*, que aparecem na Nova Guiné, na Eritreia, no Egipto, no Sudão, etc., e em algumas das regiões anteriormente citadas.

Na província do Niassa, em toda a região que vai do Lúrio por Mecúfi, Chiure, Maate, Quissanga, Mucojo, e de Mocímboa da Praia a Cabo Delgado, abundam as palmeiras «*Hyphaene*» nas variedades: Thebaica, Crinita, Petersina, Natalensis e Coriacea, sendo a «*Hyphaene*» Thebaica (fig. 1) a que produz melhores frutos, cujas amêndoas, de albúme absoluta-

Fig. 1 — *Palmeiras «Hyphaene Thebatica»*

mente branco, quando secas, adquirem dureza idêntica à do osso, semelhantes às que o Sudão e Eritreia fornecem à indústria de botões de todo o mundo, por intermédio do mercado de Londres, em nada inferiores a estas.

De geração espontânea, estas palmeiras, quanto à sua cultura ou desenvolvimento, não carecem quaisquer cuidados especiais.

Os seus frutos, conhecidos entre os indígenas da região por «macoma» ou «m'coma» são, na parte externa, de contextura esponjosa, constituída por fibras finas e curtas, impregnadas duma polpa ou substância sacarosa, de cheiro e paladar idênticos aos das alfarrobas, polpa esta que eles utilizam para a sua alimentação; depois, está o caroço, bastante duro e difícil de quebrar, o qual contém a amêndoa ou semente a que damos o nome de «marfim vegetal», utilizado na indústria de botoaria.

Estas amêndoas estão já a ser utilizadas numa fábrica recentemente instalada na Mupanga (Mocímboa da Praia) que produz mensalmente cerca de 2.500 grosas de botões, quantidade esta, demasiado escassa ainda, para satisfazer as necessidades da Colónia.

Esta fábrica utiliza também o ébano na confecção de alguns botões, querendo-me parecer, ser de tentar igualmente a utilização de outras madeiras de excelentes qualidades que a Colónia produz.

Além das referidas palmeiras, há outras mais, produzindo igualmente amêndoas, mas que por não estarem ainda estudadas sob este aspecto, não estão conhecidas.

Neste número, temos a «*Medicua*», nome porque é vulgarmente conhecida na Zambézia e que abunda na área de Marromeu, Mopeia e Maganja da Costa, onde pude verificar a existência de centenas de milhar destas palmeiras.

Também de geração espontânea, pelas suas características: porte alto como o das que produzem a copra; tronco cilíndrico, um tanto ou quanto bojudo ao cimo, próximo da coroa, constituida por folhas mais largas que compridas em forma de leque ligeiramente recurvadas; produzindo frutos grandes de forma esférica, em cachos, parece-me ser a «*Borassus Flabellifer* da variedade «oetiopum» (fig. 2).

Os seus frutos contêm geralmente três amêndoas ou sementes que pelo seu tamanho, brancura de albúme e dureza, me prenderam a atenção, razão pela qual vou tentar alguns ensaios com as mesmas, no sentido de verificar até que ponto podem ser utilizadas na indústria botoeira.

As «*Raphias*», igualmente de geração espontânea, distribuidas pelas margens do Lúrio, nos limites de Namuno (Montepuez), e pelas do Messalo

na área de Nungo (Marrupa), cujos frutos em forma de pinha, de cor castanha, bastante lustrosos, produzem amêndoas que à primeira vista me pareceram poderem ser utilizadas na mesma indústria, vão ser objecto de estudo e com elas farei também ensaios como com as da «*Medicua*» a que já fiz referência.

Quanto às amêndoas da «*Hyphaene*» thebaica, já citada, direi dever merecer grande cuidado a sua exploração por parte do comércio ex-

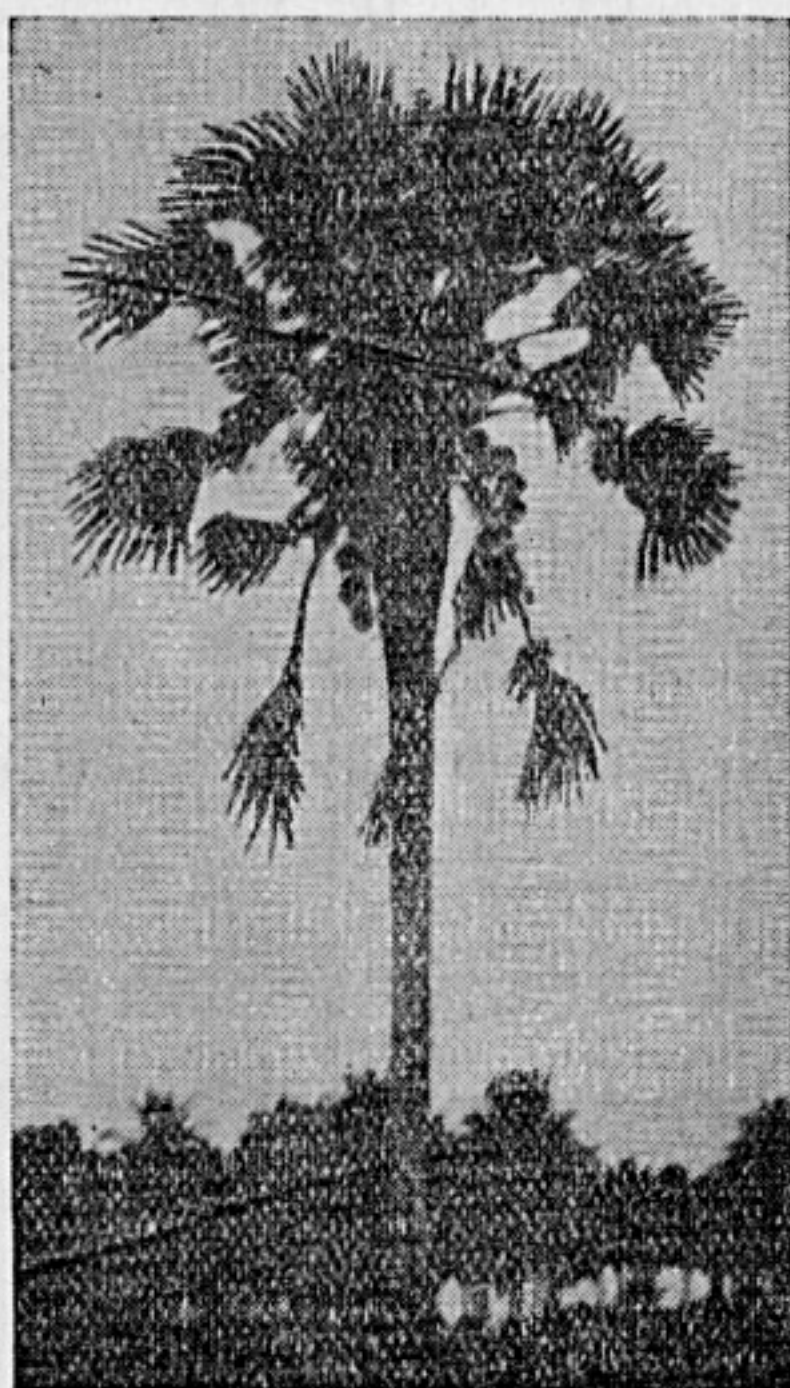



Fig. 2 — *Palmeiras «Borassus Flabellifer»*

portador do Niassa, especialmente o de Porto Amélia e Mocímboa da Praia, visto que por muito baixo preço pelo qual sejam obtidas as amêndoas dos seus frutos, é sempre compensadora a sua exportação.

Tanto assim é, que em 1932, o súbdito italiano Michel AMORUSO, pediu e foi-lhe concedida, no Lúrio e na Quissanga, uma concessão de dez mil hectares de terreno, para a exploração do referido «marfim vegetal», tendo pouco depois enviado gratuitamente vinte e cinco toneladas das referidas amêndoas, a título de amostras, para os mercados da Itália, da Áustria, da Hungria, da Inglaterra, do Japão, da Espanha, da Checoslováquia, etc.

Como resultado do envio de tais amostras, uma empresa inglesa propunha-se ficar-lhe com toda a produção, mas a falta de capital por um lado, e a deflagração da última guerra por outro, não lhe permitiram continuar a exploração que prometia, num futuro próximo, atingir uma cifra muito interessante.

Por tudo isto, é de aconselhar se efectue uma tentativa séria no sentido de ser dado todo o incremento à sua exportação, que desenvolvida será de grande importância económica para a Colónia.

E não haja o receio da concorrência do marfim vegetal originário do Peru, Equador, Colombia, Brasil, etc., (conhecido nos mercados, por corozo), baseado no facto deste ser de contextura maciça, porque a sua cotação, bem mais elevada, não afectará a colocação do nosso, como não afecta a do da Eritreia e Sudão, apesar de ser também de contextura ligeiramente ôca como o nosso, e que tão fácil aceitação tem nos mercados mundiais onde é levado por intermédio de Londres, como já referi.

Embora o aspecto económico seja já de si bastante interessante, quanto aos resultados que a exploração do comércio de exportação deste produto possa trazer à Colónia e consequentemente a quem a essa exportação se dedique, não deve perder-se de vista a importância *política* e *social* que essa exploração representa.

Os indígenas do Niassa terão uma nova fonte de trabalho lucrativo, o que constituirá um melhoramento apreciável das suas condições económicas, vindo concorrer, como reflexo, para uma melhoria sensível do comércio da região.

O trabalho exigido ao indígena, para a exploração e aproveitamento do marfim vegetal, consiste apenas na colheita ou apanha dos frutos e seu descasque. Na Eritreia e Sudão este trabalho dá uma produção média diária de 60 quilos por cada indígena.

Como os nossos indígenas do Niassa não são ou não devem ser inferiores àqueles, quanto às condições de adaptação ao referido trabalho, fácil será, com o tempo, obter um rendimento igual, para não dizer superior.

Para isso, apenas será necessário orientar cuidadosamente os indígenas nesse trabalho. Mas, porque sem semear, não se pode colher, há que

distribuir inicialmente e desde já, pelos mercados consumidores, amostras gratuitas, em quantidades suficientes para os respectivos ensaios, e fazer preços convidativos, embora compensadores, para conquistar esses mercados. O resto virá depois, com bons lucros.

Os frutos, ou melhor, as amêndoas das amostras, como as que depois forem vendidas, devem ser sempre muito bem calibradas, de maneira a obter-se uma média de 30 amêndoas por quilo e só em casos muito excepcionais (que devem ser evitados tanto quanto possível) se poderão obter 35 amêndoas.

Outros cuidados indispensáveis a ter com as amêndoas são os da sua secagem, a qual deve ser bem feita, e a sua exportação que deve ser bastante cuidada, constituída por frutos absolutamente sãos, quer dizer, sem que as amêndoas estejam atacadas pelo pequeno insecto pelo qual são perfuradas e inutilizadas. Há cerca de quatro anos, uma firma de Moçambique, a título de experiência (bem infeliz ela foi), expediu para Lisboa algumas toneladas destas amêndoas, que por falta de cuidado ou escrúpulo, chegaram todas perfuradas e por conseguinte inaproveitáveis, pelo que ficaram abandonadas na alfândega.

Estes casos têm de ser evitados, para não desacreditarem o produto.

Ninguém melhor que a Junta de Exportação da Colónia, pelas suas delegações respectivas, pode evitar factos destes, intervindo no assunto, colhendo amostras no acto da apresentação do produto a despacho, as quais permitam a verificação do seu estado sanitário, impedindo a sua saída sempre que a mercadoria não esteja em boas condições.

Essa verificação deve ser efectuada através de amostras retiradas directa e indistintamente de várias embalagens e nunca através de amostras fornecidas pelo exportador.

Os exportadores deste produto, como de qualquer outro, devem primar por ter o cuidado de seleccionar bem estes produtos, para acreditar os mesmos nos mercados onde são levados.

O comércio exportador, seja qual for o produto a exportar deve ter sempre por lema: «*Bem Servir*» os seus clientes, para que, fornecendo-lhes produtos de boa qualidade, «*Bem Mereçam*» a preferência dos mesmos.

MATÉRIAS PRIMAS DE ORIGEM ANIMAL

AS CONCHAS E BÚZIOS MARINHOS DE MOÇAMBIQUE

Os moluscos, salvo algumas excepções, revestem-se duma couraça de predominante constituição calcárea a que genèricamente se dá o nome de *concha.*

Uma grande parte dos moluscos, serve para a alimentação, mas alguns, têm também a vantagem das suas conchas poderem ser utilizadas na confecção de vários produtos industriais, tais como: camafeus, bijutarias, botões, etc.

Não me preocuparei grandemente com a descrição científica dos moluscos, por ela não estar na índole deste modesto trabalho, mas sim com a demonstração da sua utilidade industrial, por ser este o objectivo que pretendo atingir.

Em obediência, pois, a esta orientação, começo por tratar dos búzios «*Cassis rufa*» ou búzios encarnados, na sua aplicação na indústria artística dos camafeus.

A INDÚSTRIA DOS CAMAFEUS E OS BÚZIOS «CASSIS RUFA»

Antes de falar dos búzios «*Cassis rufa*» (fig. 3 e 4), parece-me interessante dizer alguma coisa sobre a história dos artísticos camafeus.

A arte de lavrar baixos relevos em àgata branca ou de cor, cristal de rocha, lava do Vesúvio, etc., com desenhos diversos, como: flores, paisagens, figuras alegóricas, bustos femininos, motivos religiosos ou mitológicos, etc., é um dos ramos mais apurados em que se subdivide a escultura e exercia-se já, três ou quatro mil anos antes da era cristã.

Os objectos assim trabalhados, são conhecidos, desde as mais remotas eras, pela designação nominal de «camafeus».

Com as escavações efectuadas no início deste século, em Creta, ficou demonstrado que os camafeus, datam pelo menos, da idade do bronze, que segundo *Déchellète*, remonta a 2.500 anos antes de Cristo.

Em Creta, onde parece ter tido o seu início esta arte, como no Egipto, Em Nínive (Assíria), em Colchide (Geórgia), etc., foram encontrados nalguns túmulos pré-históricos, anéis e outros objectos, com incrustações de pedras preciosas trabalhadas em baixo-relevo.

De Creta, esta arte passou à Grécia onde foi esculpido no século VI antes de Cristo, por Teodóro di SAMO, o célebre camafeu do tirano Polí-

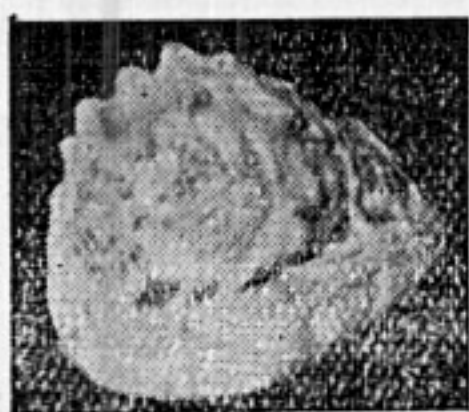
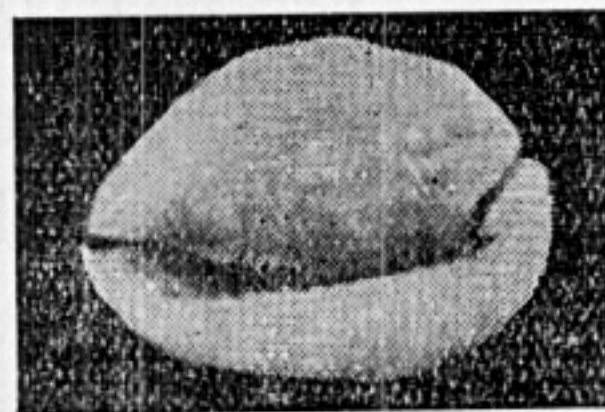



Fig. 3 — *Búzio «Cassis Rufa» (exterior)* Fig. 4 — *Búzio «Cassis Rufa» (interior)*

crates, encrustado no famoso anel cuja história nos descreve Eródoto e que Schiller cantou.

Da Grécia, foi transmitida à Étrúria, na Itália Central e em seguida a Roma, onde foi esculpido em àgata branca oriental, em meados do século V da nossa era, um camafeu, representando Cristo ensinando a sua doutrina a três apóstolos, o qual consta do catálogo *Chambouillete* sob o número 294, do Salão de Medalhas da Biblioteca Nacional de Paris, onde se encontra, se a última guerra não obrigou a mudarem-lhe o *poiso*.

Neste Salão, e da autoria do grande artista que foi Pier Maria de PESCIA, amigo de Miguel ÂNGELO, se podia admirar um belo camafeu, cujo relevo representa um bacanal.

Esta arte encontrou sem dúvida alguma, em Itália, ambiente propício à sua expansão e aperfeiçoamento, com a primeira Renascença italiana, em que o génio artístico daquele povo, bastante se revelou e evidenciou.

Do progresso desta arte, desde então, falam o Museu de Nápoles, onde estavam reunidas a quando da eclosão da última guerra, as pedras preciosas esculpidas, pertencentes à colecção do cardeal Fulvio ORSINI e ainda os de Florença, Roma, Viena, Londres, etc.

O primeiro artista que esculpiu camafeus em Itália, segundo Enrico ORILIA, foi Benedetto PERUZZI, citado por Cipião AMMIRATO.

Famosos foram os trabalhos de António de PISA, de Pedro NERI, de Juliano de Scipione AMICI, de André MESAGNE e de Batista TAGLIA.

Desde então até nossos dias, uma pleiade de grandes artistas surgiu em Itália, como Luiz Anichini di FERRARA, Ambrozio FOPPA, Alexan-

Fig. 5 — *Um artístico Camafeu, da autoria do escultor José Simões d'Almeida Júnior, a que se faz referência na adenda*

dre CERATI, A. SANTINI, CAVINI, RICCI, FABINI, MASSIMI, Lourenço NOTTER (ao serviço do cardeal Alexandre Albani, em Roma), Tereza TALANI, ANASTINI, Camilo SERBI, António PIKLER e seu filho GIOVANNI, CAPPERRONI, José GIROMETTI, não esquecendo os contemporâneos: PORZIO Vincenzo, MENELLA, NOTO, PALOMBA, MENICHELLO, MERLINI e tantos outros que seria difícil enumerar.

Dali, espalharam-se pelas principais cortes da Europa, alguns dos melhores artistas, como Mateus del NASSARO, que esteve em França ao serviço de Francisco I, Geovanni Giacomo di VERONA, que se evidenciou na Polónia, Anibal FONTANA, na Baviera, Iacopo da TREZZO e Clemente di BAROCO em Espanha, etc., etc.

Foi certamente REGA que esculpiu em Nápoles, pela primeira vez em lava do Vezúvio, um camafeu. Esta pedra, não é lava vulcânica, como pode

supor-se, mas sim pedra de estrutura cristalina que em várias cores aflora nos terrenos de Avellinese e Beneventano.

O laboratório de Pedras Preciosas, fundado em Nápoles em 1738, por Carlos III, para aperfeiçoamento desta arte e que foi dirigido até 1808, por Giovanni MUGNAI e depois, por Filipe REGA até 1833, deu lugar no século XIX, à Escola de Incisão, fundada em 1878, pelo Governo Italiano, em Torre del Greco, a qual ainda hoje ali se acha instalada.

A Alemanha chegou a preparar alguns artistas seus com o fim de estabelecer concorrência neste campo, à Itália, mas, contràriamente ao que se esperava, a indústria artística dos camafeus em Itália, não decaíu, antes pelo contrário, apaixonou as mais altas individualidades do país, como os Papas Martinho V, Paulo II, Lourenço o Magnífico, o cardeal Fulvio Orsini, Leonel d'Este, etc.

Esta arte conta ainda hoje com fervorosos devotos e admiradores, e célebres cultores.

Pelo que fica dito, verifica-se que os camafeus, são sem dúvida alguma, o produto duma arte regional italiana, exercida especialmente em Torre del Greco, em regime de indústria caseira, tal como a nossa indústria artística de filigranas, que predomina no norte do país e tem o seu principal centro na região de Gondomar.

Os camafeus, são trabalhados manualmente com ferramentas delicadas, confeccionadas pelos próprios artistas que os lavram.

Como e quando teriam os italianos iniciado a utilização dos nossos búzios *Cassis Rufa?*

Ao que parece, em 1913, o italiano CEPOLLARO Raimondo, natural de Torre del Greco, partiu de Itália com destino a Madagascar, com o fim de procurar na Grande Ilha, matérias-primas de origem marinha que podessem ser utilizadas na confecção de camafeus. Encontrou ali os *Cassis Madagascariensis* ou Casco Sardonico, os *Cassis Cornuta* ou Casco Cornuto, e alguns *Cassis Rufa* ou Casco Rosso ou ainda Corniolla (Búzios encarnados) de inferior qualidade, dada a sua pouca espessura e consequentemente, grande leveza.

Informado pelos pescadores, que na costa de Moçambique havia búzios encarnados mais pesados, por conseguinte mais espessos, veio até Mo-

çambique e percorrendo uma parte das praias da província do Niassa, encontrou os búzios referidos, ficando maravilhado com a sua excelente qualidade. Abasteceu-se tanto quanto pôde destes búzios, obtendo grande sucesso a apresentação de camafeus confeccionados com eles. Outros italianos por ali apareceram a adquiri-los e desde então, até 1928, a Itália importou apenas búzios de Moçambique.

Madagascar tentou por essa data a exportação dos seus búzios, mas sem resultado, devido à sua inferior qualidade.

De 1934 a 1938, os exportadores moçambicanos, aproveitando a preferência que os artistas italianos dispensavam aos nossos búzios, subiram abusivamente os preços de venda, dando lugar à introdução dos búzios de Madagascar no mercado italiano, pois eram oferecidos a preços demasiado baixos, como ainda hoje o são, e só por esta razão obtiveram colocação naquele mercado.

A última guerra, com todas as suas consequências, paralisou a indústria dos camafeus, obrigando a uma suspensão temporária do consumo desta matéria-prima até 1946, data em que a Itália voltou a procurar novamente os nossos búzios.

Os preços elevadíssimos que eram exigidos, tornavam proíbitiva a sua aquisição, apesar da insignificância porque eram adquiridos pelos exportadores aos indígenas, obrigando os artistas italianos, bem contra sua vontade, a importarem os búzios de Madagascar em quantidades muito mais elevadas quanto às dos nossos, segundo nos mostra a estatística, dado o baixo preço daqueles.

Em face da preferência a que os artistas italianos estão dispostos, como o têm demonstrado por mais de uma vez, de dar aos nossos búzios *Cassis Rufa* considerados por eles absolutamente superiores a quaisquer outros, deve ser aproveitada esta circunstância para ser desenvolvida ao máximo a exportação dos mesmos, mas em obediência a regras aceitáveis, e não de forma irregular como se tem feito nos últimos anos, durante os quais apenas se tem tido em mira um mercantilismo absurdo e feroz, bastante prejudicial aos interesses nacionais e apenas com proveito (e farto) para os que têm vindo a explorar tal comércio, ao abrigo de um pretenso exclusivo de apanha, não existente, mas apregoado habilidosamente perante

os indígenas, levando-os a recusarem negociar a matéria-prima com quem lha pagaria melhor.

O regulamento em estudo, determinando as regras ao abrigo das quais a apanha deve ser feita, deve contribuir para um maior e melhor aproveitamento desta riqueza e uma mais ordenada exportação, para bem da Colónia de Moçambique, dos indígenas e dos numerosos artistas italianos que aos nossos búzios pretendem dar a preferência absoluta.

AS MADREPÉROLAS
SUA CLASSIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

As madrepérolas, são as conchas dos moluscos produtores das pérolas, havendo no entanto alguns moluscos produzindo apenas as madrepérolas, como sucede com os «*Troquios*», com os «*Turbos*» e com os «*Haliotis*», que só muito raramente geram pérolas.

As conchas de madrepérola, são constituídas por certa percentagem de carbonato de cálcio, sulfato de cálcio; este em menor quantidade que aquele; matéria orgânica em diminuta proporção; água e resíduos.

A camada exterior da concha, geralmente esbranquiçada é predominantemente calcárea, seguindo-se-lhe uma camada de prismas e a interior é constituída pela madrepérola pròpriamente dita, segregada pelo malusco.

Esta camada, quase sempre de um branco muito brilhante com reflexos mais ou menos irisados, muito dura, dá à concha maior ou menor valor, em conformidade com a sua cor e espessura.

As madrepérolas dividem-se cientìficamente em três grandes classes a saber: «*Cefalópodos*», «*Gasterópodos*» e «*Lamelibranquios*».

Nos «*Cefalópodos*», apenas os «*Nautilus*», bem pouco frequentes são dignos de interesse, sob o aspecto industrial. Na ilha de Sena, mais conhecida pela ilha das Cobras, na província do Niassa, aparecem raras vezes alguns exemplares.

Nos «*Gasterópodos*», agrupam-se: os «*Haliotis*» ou «Orelhas do Mar» (fig. 6), de que aparecem pequenos exemplares na ilha do Ibo e em

Porto Amélia, os «*Troquios*» ou Pirâmides (Fig. 7) e os «*Turbos*» ou Caracois (figs. 8 e 9).

Nos «*Lamelibranquios*» há uma diversidade de conchas bivalves, bastante interessantes. As mais conhecidas, são: as «*Trigonias*», as «*Dipsas*», as «*Pinas*» ou Presuntos, os «*Solem*» ou Machados e as «*Meleagrinas*», ou ostras perolíferas, para só falarmos das principais.

Nas «*Meleagrinas*», encontram-se entre outras, as seguintes espécies: Margaritiferas (fig. 10), Fucatas, Imbricatas, Squamolosas, Barbatas, Pérsicas, Eritraensis, Califórnicas, Martensis, etc.

Há também alguns géneros que vivem só em água doce, como as «*Unionideas*», as «*Anodontas*», as «*Margaritanas*», etc., mas de menor valor industrial.

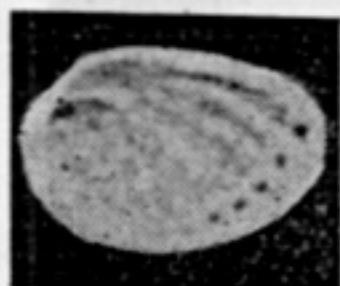



Fig. 6 — *Concha «Haliotis» ou orelha do Mar*

Fig. 7 — *Búzio «Trochus»*

Através do meu estudo, realizado ao longo da costa Moçambicana, em Lourenço Marques e desde o Quissico (Inhambane) à foz do Rovuma, incluindo as ilhas do arquipélago do Bazaruto (Santa Carolina, Bazaruto Grande, Benguérua, Magarupe, Bangué, Lunéne e Chirundéne) e a maior parte das que ficam ao norte da de Moçambique, como as de Sena ,de Goa, de Sete Paus, Quitangonha, Ibo, Quirimba, Matemo, M'djumbie, Mechanja, Longa, Suafo, etc. registei a existência das seguintes espécies: «*Meleagrinas*» variedade Pérsica (fig. 13), que em grandes bancos habitam as ilhas de Santa Carolina, Bazaruto Grande e Benguérua, entre estas, a meio da linha de navegação e entre as mesmas e o continente fronteiro, desde Vilanculos ao Chuambo.

Nas ilhas de Moçambique, Goa, Sena, Quitangonha e no continente: no Baixo e Ponta Sancul, no Lumbo, na Cabaceira Pequena, como na Matibane, também aparecem conchas desta variedade, mas em bancos de menor importância que no Bazaruto.

Fig. 8 — *Búzio «Turbo Marmoratus» ou Caracol Verde (exterior)*

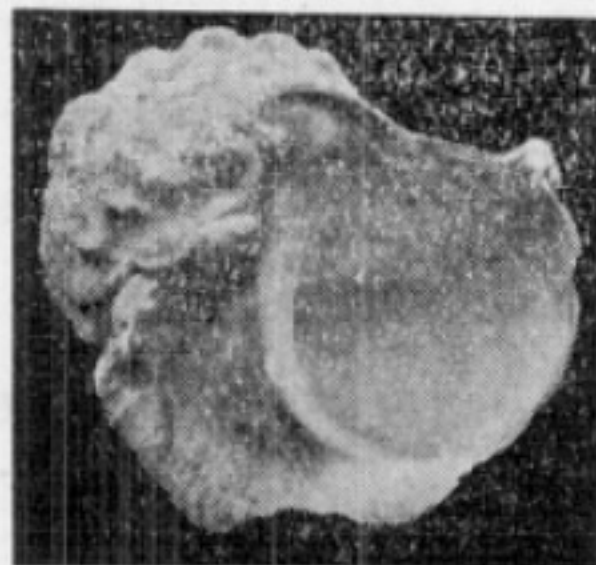



Fig. 9 — *«Turbo Marmoratus» ou Caracol Verde (interior)*

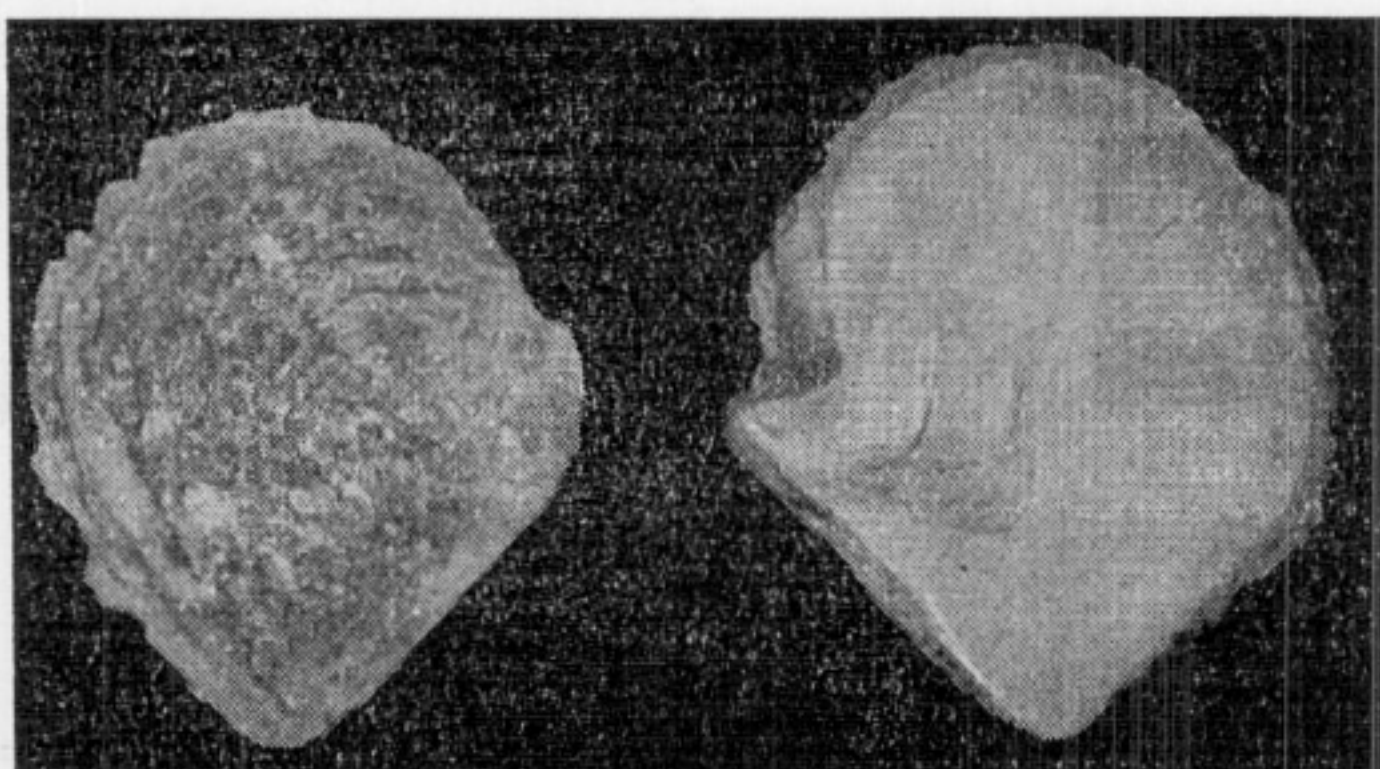



Fig. 10 — *Conchas «Meleagrinas Margaritiferas» (exterior e interior)*

Fig. 11 — *Concha «Meleagrina Fucata» (interior)*

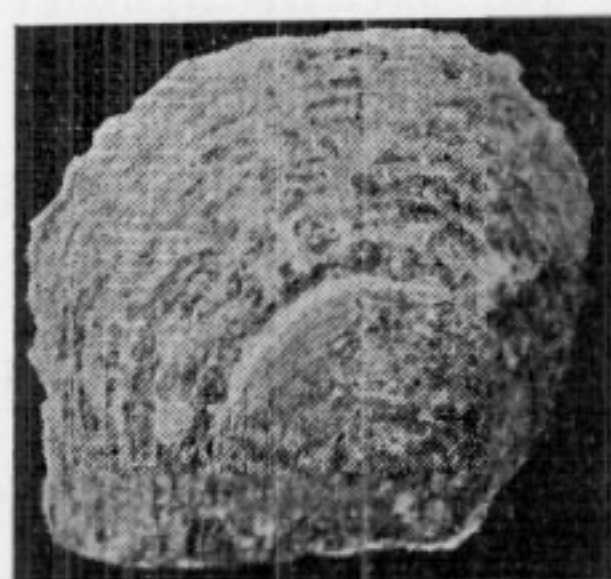



Fig. 12 — *Concha «Meleagrina Fucata» (exterior)*

A variedade Vulgaris ou Fucata (figs. 11 e 12) originária do Ceilão, com grande surpresa minha, constitui interessantes bancos, nas proximidades da Cabaceira Pequena, no Baixo Pinda, na Ponta Sirissa (Lúrio), na Ponta Said-Ali (Porto Amélia), em Morrébué, Koba, Quiuía e Cabo Delgado e nas ilhas do Ibo, Matemo, Quirimba, Goa e Sena.

Em Moebaze, já havia encontrado alguns bancos desta espécie mas totalmente morta, em consequência desses bancos terem sido invadidos por água doce, das chuvas torrenciais caídas há dois ou três anos, por ocasião do ciclone que então assolou aquela região.

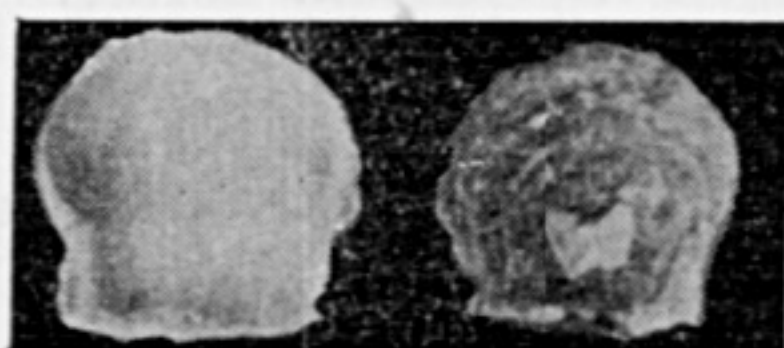



Fig. 13 — *Conchas «Meleagrinas Pérsicas» (interior e exterior)*

Procurando averiguar o motivo ou origem da existência nas águas de Moçambique, destas «*Meleagrinas*», deram-me esta aplicação, que por verosímil, aceitei como boa: Por mil e oitocentos e noventa e tal, apareceram na costa da província do Niassa, dois ingleses, que depois de um estudo prévio dos fundos daquela área marítima, trouxeram de Ceilão certa quantidade dos respectivos moluscos vivos, lançando-os nos locais estudados, com o fim de constituirem bancos, para explorarem, logo que as condições dos mesmos o permitissem.

Tempos decorridos, um dos ingleses regressou a Londres e o outro ficou no Ibo, onde faleceu alguns anos depois. Do primeiro, não houve mais notícias e os bancos ali ficaram e se desenvolveram sem todavia serem explorados, apesar da qualidade ser bastante apreciável para o fabrico de botões e outros trabalhos.

Dos «*Turbos*», foi-me possível registar bancos da variedade Marmoratus ou caracol verde, no Baixo Pinda, Ponta Sirissa, Ponta Saíd-Ali, Quiuía, Cabo Delgado e nas ilhas do Ibo, Matemo, Quirimba, Goa, Sena

e Sete Paus. Esta espécie pode considerar-se, não direi melhor, mas tão boa como a da Austrália, país que produz as melhores e mais apreciadas espécies para o fabríco de botões e outros objectos.

AS PÉROLAS

A lenda, diz-nos que a pérola teve a sua origem numa pequena gota de orvalho, caída no interior de uma concha de rara beleza, gota essa que os raios solares, em vez de evaporarem, solidificaram.

A esta lenda os índus acrescentaram que a pérola foi descoberta por Crisna que a recolheu no fundo do mar, para a oferecer a sua filha no dia de núpcias.

A mitologia, diz que um dia os Elementos resolveram oferecer um presente à Deidade. O Ar presenteou-a com o arco íris, com o qual foi constituída a nimba de Deus que lhe aureolou a fronte; o Fogo ofertou-lhe o meteoro para lhe servir de lâmpada e o Mar, resolveu conferir-lhe a pérola que simbolisaria o seu coração.

Védas, o livro sagrado dos Brâmanes, conta nas suas páginas, mil anos antes da era cristã, a beleza das pérolas.

A ciência, que não se compadece da beleza poética e lendária, apresenta-nos a pérola, segundo uns tratadistas, como proveniente de uma doença provocada por alguns micróbios, que originando um minúsculo tumor, obriga o molusco a procurar isolá-lo ràpidamente com a sua secreção, afim de diminuir ou eliminar o sofrimento causado por aquele.

Outros, atribuem a sua origem à introdução de qualquer corpo estranho, como um verme ou grão de areia microscópico, no manto do molusco, e este, num verdadeiro instinto de defesa, trata de envolver aquele em sucessivas e concêntricas camadas da sua baba ténue e brilhante.

Ao certo, nada há ainda averiguado sobre a verdadeira origem da Pérola, apenas se sabendo que as pérolas são tentadoras e por tal razão por todos apetecidas, desde os mais remotos tempos até nossos dias.

Os chineses, dois mil e trezentos anos antes de Cristo, diz Léonard

Rosenthal, usavam as pérolas, como moeda, para pagamento dos seus impostos e agora apreciam-nas como portadoras de boa sorte.

Na Pérsia, as pérolas são estimadas desde a antiguidade. As suas rainhas ornavam, com elas, as orelhas. A missão Morgan, nas suas pesquisas efectuadas nas ruínas de Susa, encontrou no sarcófago de uma princesa Aqueménida, fragmentos de um valioso colar de pérolas de rara beleza,

Fig. 14 — *A maior pérola conhecida. Pesa 2.240 grãos (124,5 gramas apròximadamente)*

supondo-se ser do século IV antes de Cristo, fragmentos esses que foram levados para o Museu do Louvre.

As pérolas, para os hebreus e árabes, simbolizam beleza e castidade.

As primeiras pérolas chegadas à Grécia, foram levadas pelos mercadores fenícios que se dedicavam largamente ao seu comércio.

O grande e *mais sábio de todos os homens e o mais rico de todos os reis,* Salomão, como reconhecimento pela amável visita que a rainha do Sabá gentilmente lhe fizera, *presenteou-a com algumas pérolas originárias do arquipélago do Bazaruto.*

Na cidade de Nara, no Japão, pode admirar-se uma interessante pérola, engastada na estátua ali levantada ao deus Kwanon.

Não posso resistir à tentação que a beleza da descripção despertou em mim, de com a devida vénia, reproduzir aqui duas passagens da bri-

lhante e bem desenvolvida conferência que, subordinada ao título «*As pérolas e a sua pesca em Moçambique*» nesta mesma Sociedade de Geografia realizou em 1903, o Ex.mo Snr. Almirante Guilherme Ivens Ferraz, referindo-se a algumas pérolas célebres:

«Segundo descreve Plínio nas suas obras, Cleópatra, a última rainha do Egipto, para humilhar Marco António, que estava sempre a exaltar a sua dedicação e a encarecer as despesas que fazia para satisfazer todos os caprichos e vontades da rainha, apostou que era capaz de gastar numa ceia com o seu admirador, 10 milhões de sestércios, ou sejam cerca de 80 contos da nossa moeda, valendo cada sestércio 8 réis.

Servida a ceia, nada houve de extraordinário para custar tamanha quantia; e então, Marco António em ar de mofa, pediu para ver a conta das despesas do banquete. A este pedido retorquiu Cleópatra, dizendo que a despesa feita até ali era extra, e que durante o banquete ainda ela só, havia de gastar 60 milhões de sestércios. Mandou em seguida vir uma ânfora de prata com vinagre forte, deitou-lhe dentro uma preciosa pérola arrancada a um dos brincos, dissolveu-a no vinagre e bebeu a dissolução, com grande espanto de Marco António. E quando Cleópatra se dispunha a fazer o mesmo ao outro brinco, Plínio, que assistia ao banquete como juiz da aposta, impediu-a de o fazer, declarando que Marco António tinha já perdido.

A outra pérola veio a pertencer a Agripa, que a serrou ao meio para fazer uns brincos que ofereceu à estátua da deusa Vénus no Panteon, e, diz Plínio, a deusa contentou-se com metade do banquete de Cleópatra».

E mais além, disse ainda Sua Excelência:

...e já agora descreverei também um extraordinário agrupamento natural de pérolas descoberto na Austrália em 1874 e que pela sua configuração recebeu o nome de «*Cruzeiro do Sul*». Este agrupamento compõe-se de nove pérolas naturalmente ligadas umas às outras formando uma cruz latina perfeita.

Sete pérolas formam a haste principal que mede 0,037 e os dois braços são formados cada um por uma pérola, diametralmente oposta à segunda pérola da haste. As pérolas são todas dum belo oriente e seriam de muito boa forma, se durante o crescimento não estivessem comprimidas, umas às outras. O «*Cruzeiro do Sul*» pertence a um sindicato australiano que o avalia em £ 10.000, o que é talvez exagerado».

A paixão pelas pérolas, dominou os romanos e os franceses duma maneira extraordinária e assim nos seus museus podem admirar-se as mais belas joias, ornadas de preciosas pérolas.

São os diademas da Coroa Francesa (fig. 15), os belíssimos colares, braceletes e pingentes da princesa Matilde, os colares célebres de Madame Thiers, etc.

O Japão marcou nova era, na história das pérolas, conseguindo, por processos científicos, fazer a cultura de pérolas naturais, em grandes vivei-

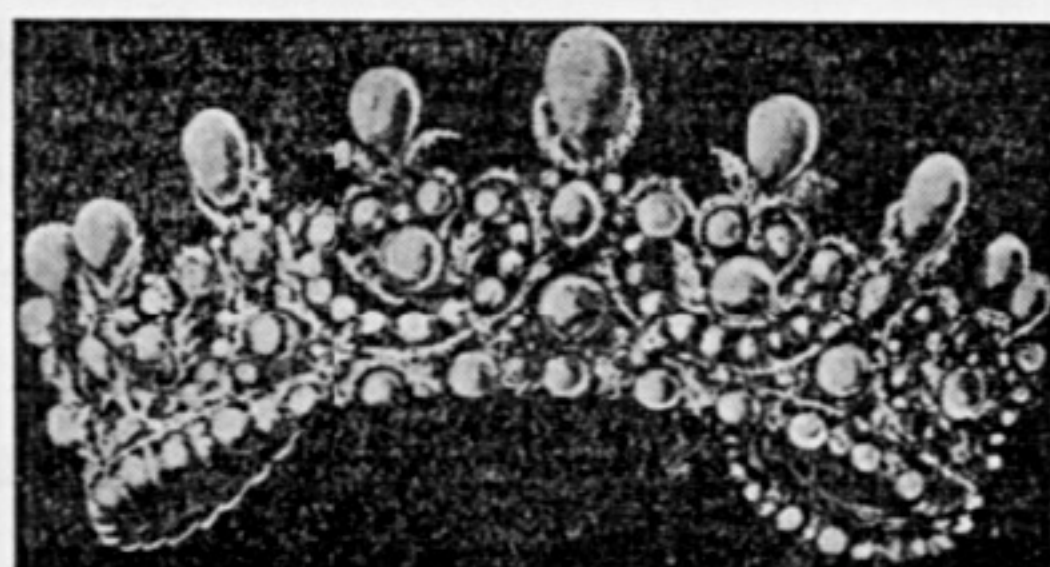



Fig. 15 — *Um dos mais belos diademas da Coroa Francesa, ornado de pérolas, esféricas e em forma de pera*

ros, injectando nos moluscos perlíferos um produto inventado por Korichi Mikimoto e por ele preparado, ocasionando dessa forma, propositadamente a formação de pérolas idênticas às que os moluscos geram por si próprios.

Estas pérolas, são de «Oriente» tão belo como o daquelas e difíceis de diferençar.

No seu «oriente», na sua cor, na sua forma e no seu tamanho, está o respectivo valor. As esféricas, são mais valiosas.

Há-as brancas, creme, verdes, azuis, cinzentas e até negras.

São mais apreciadas as pretas e as azuis, razão porque são mais procuradas, mas são também as mais raras.

AS MELEAGRINAS E PÉROLAS DO BAZARUTO

Como disse já, o arquipélago do Bazaruto é rico em bancos de «*Meleagrinas*», da variedade Pérsica, as quais, sendo ótimas produtoras de pérolas, não são o de madrepérolas.

As suas conchas, apesar de serem muito brilhantes, devido à sua pouca espessura (o que as torna demasiado frágeis), à sua cor acentuadamente azulada e forma bastante côncava, perdem totalmente o seu valor industrial.

Como contra-partida, as suas pérolas são excelentes e bastante apreciadas.

Apesar da sua apanha estar proíbida desde 1891, ano em que foi fundada a Companhia de Pesca de Pérolas do Bazaruto, à qual foi dada a concessão para a exploração dos referidos bancos perolíferos, os indígenas da região colhem, de maneira absolutamente irregular, estes moluscos para a sua alimentação, que utilizam, quando frescos, para consumo imediato, ou secam para assim constituirem reservas de alimentos para as ocasiões em que a agitação do mar, por motivo dos temporais, lhes não permite a apanha, ou ainda para remeterem para o interior em troca de outros produtos.

Tal facto, deve também contribuir bastante para a grande fragilidade por mim observada nas conchas respectivas, pois isso influi deveras para que a sua constituição não seja completamente normal.

A área demasiadamente grande, dificulta por um lado uma boa fiscalização e por outro, como a referida Companhia foi dissolvida em 5 de Abril de 1917, por determinação da respectiva Assembleia Geral, havendo anos antes, deixado já de exercer a sua actividade, por motivos que adiante direi, pràticamente não há o interesse necessário, nem justificação aparente para a exigência do cumprimento das disposições que proíbem a sua apanha.

Como demonstração do valor dos bancos perolíferos do Bazaruto, parece-me interessante transcrever aqui, algumas passagens do relatório do Tenente Francisco Pena, que em 1909, por ordem do Conselheiro Governador Geral da Província de Moçambique, A. Freire de Andrade, procedeu a um inquérito sobre as razões ou motivos que levaram a Companhia de Pesca de Pérolas do Bazaruto a não poder cumprir em absoluto os seus objectivos, relatório que o Ex.mo Comandante João Moreira Rato, actual Chefe do Departamento Marítimo da Colónia, em Lourenço Marques, gentilmente me permitiu consultar e transcrever.

Melhor que eu, para não ser tomado por sonhador, esse relatório ilucidará da importância de tais bancos perolíferos, presentemente inexplorados, a não ser pelos indígenas locais, de maneira irregular e contraproducente, como já disse, se a isso se pode chamar exploração.

São desse relatório, os seguintes períodos:

« ... ...

Por tradição e ligeiras referências em livros antigos entre os quais, a *Ethiopia Oriental* de Frei João dos Santos sabe-se sòmente que desde os mais remotos tempos este arquipélago foi sempre muito frequentado por árabes e índios que aqui faziam grandes transacções de pérolas com os naturais das ilhas.

Nos tempos modernos, Sá da Bandeira — diz o tenente Pena, reportando-se à época — foi, creio, o primeiro ministro do Ultramar em Portugal que começou a dedicar alguma atenção à riquesa perolífera do Bazaruto, e que pensou em a utilizar para a economia da Província, sendo natural que para o facto de alguma forma influísse o conhecimento dos brilhantes resultados alfim obtidos pelo Governo de Ceilão, após quase duas dezenas de anos de persistentes cuidados e metódicos trabalhos nos respectivos bancos, pois que as primeiras providências sobre o assunto coincidiram com os primeiros sucessos daquele Governo.

... ...

Entre 1865 e 1885 as pescarias efectuadas por estes — os indígenas da região — em grandes escalas, instigados pelos

negociantes índios, nas ostreiras a pequena profundidade, e nas que descobriam na baixa-mar das águas vivas atraíram as atenções de alguns estrangeiros, os quais fizeram ao Governo Português pedidos de concessões, que não foram deferidos e outros por aqui apareceram munidos de aparelhos de mergulhar no intuito de pesquizar as mais profundas, o que não levaram a efeito por os naturais se não prestarem a trabalhar com tais aparelhos.

Das célebres pescarias de 1887-1889, de resultados mais que magníficos, e muito falados pelo facto, que se lhes ligou, do roubo no Banco de Durbam, em grande parte empregue na compra de pérolas, é que derivou a ideia da criação da actual Companhia da iniciativa de Serpa Pinto.

... ...

Tendo a Companhia cumprido todas as formalidades para poder tomar posse efectiva da sua concessão, foi pelo Governo de S. Magestade, por portaria de 19 de Abril de 1892, autorizado o então Comissário Régio na Província, Conselheiro António Enes, a investi-la d'esses direitos o que ele fez em 24 de Setembro de 1892, na pessoa do seu Governador em África o ilustre oficial da Armada Real, Snr. Guilherme Ivens Ferraz, como consta do respectivo auto, publicado no Boletim da Província, n.º 40, de 1 de Outubro de 1892.

... ...

Iniciados os serviços em Setembro de 1892, cumulativamente com os da organização e montagem dos diversos serviços, desde então a cargo da Companhia, tanta actividade dispendeu e tanta diligência empregou na execução deles o Sr. Ivens Ferraz que conseguiu tê-los terminados em fins de Março de 1893.

... ...

De 1892 a 1909, três têm sido as expedições que em missão de estudos e explorações experimentais têm vindo ao arquipélago, organizadas por essa Companhia.

continuar a efectuar cobranças de contribuições nas ilhas. Este incidente foi prontamente resolvido e liquidado pelo Governo Central, esclarecendo que no território da concessão da Companhia só esta tinha o direito e podia fazer cobranças de contribuições, na conformidade do prescrito no decreto de 30 de Julho de 1891 na parte aplicável ao arquipélago, e auto de posse de 24 de Setembro de 1892.

Só mais tarde, em 1900, e já na gerência administrativa, como governador da Companhia, do Snr. General Sarmento, que sucedeu no cargo ao Snr. Ivens Ferraz se produziram atritos e se deram conflitos de jurisdição entre aquele Snr. General, o Governo do distrito de Inhambane e o Comandante Militar da ilha de Santa Carolina.

Estes conflitos tiveram por origem as diversas interpretações da seguinte portaria, publicada 4 anos antes no Boletim Oficial da Província n.º 33 de 15 de Agosto de 1896, sob o n.º 330 :

> — Atendendo ao que me expôs o Intendente da circunscrição da Beira acerca da conveniência de passar a administração das ilhas do Bazaruto para o Governo do distrito de Inhambane;
>
> — Considerando que as referidas ilhas não estão compreendidas nas concessões feitas à Companhia de Moçambique pelos decretos de 11 de Fevereiro de 1891 e 22 de Dezembro de 1893;
>
> — Atendendo a que as receitas da aludida Intendência são insuficientes para o custeio dos respectivos encargos, hei por conveniente determinar que passe para o governo do mencionado distrito de Inhambane a administração das ditas ilhas de Bazaruto.

(ass.) J. Mousinho d'Albuquerque

Parece que tanto o governo do distrito de Inhambane como o comandante do presídio de Santa Carolina consideravam cessados e anulados, pelos dizeres desta portaria, os direitos administrativos da Companhia de Pesca de Pérolas do Bazaruto no arquipélago, e por isso não julgavam lícito ao respectivo governador mandar efectuar a cobrança de impostos nas ilhas.

Por seu lado o governador da Companhia alegava ser inadmissível semelhante interpretação, atribuindo a um simples lapso o emprego da expressão — administração das ilhas — em vez de da — administração dos serviços do Estado nas ilhas —, por só estes serviços, que se limitavam aos de Administração do Presídio Militar da ilha de Santa Carolina e aos de fiscalização do Governo na concessão da Companhia estarem a cargo da Intendência da Beira, e por ela custeados.

E reforçava a sua opinião, acrescentando que a Companhia do Bazaruto nem mesmo era citada em semelhante portaria, e que a rescisão ou anulação dos seus contratos com o Estado só podiam efectuar-se por decreto do Governo de Sua Magestade, dando-se as circunstâncias e observando-se as formalidades prescritas nos artigos 38 e seu parágrafo e artigo 39 do decreto de 30 de Julho de 1891.

Esta controvérsia, agravada por acusações pessoais de parte a parte, que subiram a apreciação das instâncias superiores da Província, consultada a procuradoria da Coroa e Fazenda da Província, sobre os direitos administrativos e de cobrança de contribuições que à Companhia assistiam, emitiu essa instância o parecer de que a Companhia tinha realmente todos os direitos administrativos e bem assim os de percepção de impostos constantes do decreto de 30 de Julho de 1891, nas ilhas do arquipélago, os quais adquirira pelo seu contrato de sub-concessão de 1 de Agosto desse ano, devidamente aprovado, e se tornaram efectivos pelo auto de posse de 24 de Setembro de 1892, devendo contudo, sugeitar previamente os respectivos regulamentos à aprovação do Governo.

Respondeu o governador da Companhia Snr. General Sarmento, dizendo que julgava essa formalidade cumprida pela adopção, como preceituavam as — Normas Provinciais —, na administração do território, aprovadas pelo Comissário Régio.

O assunto foi submetido à decisão do Governo Central em 1902. Como até agora nada ainda foi resolvido pelo Governo de Sua Magestade sobre o litígio e continuando cada vez mais acérrimas as dissenções e discussões entre a administração local da Companhia e o comando do presídio da ilha de Santa Carolina, o Snr. General Sarmento declarando-se coacto e impossibilitado de continuar a desempenhar-se dos deveres do seu cargo em tais condições, formulou um protesto por perdas e danos, que dirigiu ao Governo Geral da Província e solicitou fosse enviado ao Ministério do Ultramar, retirando-se do arquipélago e entregando a guarda dos haveres da Companhia em África à Companhia do Luabo, sua acionista.

Em fins de 1908 a administração da Companhia em Lisboa apresentou a Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar uma exposição sobre estas questões em aberto, renovando os seus pedidos de resolução rápida do assunto para poder sair duma situação que considerava tão prejudicial aos interesses da Companhia como aos do Estado.

... ...

Com relação à exploração perolífera, regulada que fosse pelo Governo a situação da Companhia — o que esperava ser questão de muito pouco tempo — a executaria convenientemente, sob a direcção dum técnico para esse fim contratado.

... ...

Encalhou, porém, logo nos primeiros tempos, em dois escolhos terríveis: a decidida antipatia dum comandante militar de Vilanculos pelo progresso das terras do seu comando, limítrofes das sob a administração da Companhia de Moçambique e a má vontade dos empregados desta Companhia na visinha circunscrição de Govuro.

Do procedimento dum e doutros, aquele em nada auxiliando no arquipélago no que legalmente podia e devia os esforços e tentativas de desenvolvimento do país sob a sua jurisdição, e estes contrariando aberta e declaradamente esse tentamen, resultou o desânimo da administração da Companhia que, vendo mais uma vez malogrados os seus esforços e arriscados os seus capitais mandou a certa altura suspender as operações comerciais no norte do distrito de Inhambane, e reduzir ao mínimo os seus trabalhos no arqupélago, até regularização das questões pendentes, pelo Governo da Metrópole.»

O Governo da Metrópole, preocupado com as questões de política interna que por essa época era bastante agitada e ainda com a política externa que lhe tomava todo o tempo, não deu solução aos referidos conflitos e a Companhia de Pesca de Pérolas do Bazaruto, abandonou as suas explorações, perdendo a concessão que lhe havia sido dada, dissolvendo-se, conforme determinação da sua Assembleia Geral em 5 de Abril de 1917.

Os tempos mudaram e hoje, Portugal vive uma época de paz, no meio da agitação apavorante que vemos envolver os grandes e pequenos Estados, pretendendo subverter o mundo.

Mercê dessa paz previlegiada, graças à acção dos seus Chefes, a Nação progride a passos largos, não se receando o aparecimento de conflitos desta ou doutra ordem a entravar qualquer iniciativa, desde que ela contribua para o engrandecimento do património nacional, aqui ou nas Colónias.

A atestar estas palavras, estão os factos bem recentes da nacionalização do porto da Beira e a compra dos Caminhos de Ferro que da Beira vão até à Rodésia.

A Companhia que se propuzer explorar os bancos perolíferos do Bazaruto, encontrará por parte do Governo do Império e do Governador Geral da Colónia, como afinal por parte de todas as entidades oficiais, as maiores facilidades, para que num prazo curto o referido centro passe a ter a importância e nomeada augurada pelo técnico Goldenberg da Companhia Francesa de Pesca de Pérolas da Venezuela, que ao Bazaruto veio em 1908, a pedido da Companhia de Pesca de Pérolas do Bazaruto.

É pois, momento mais que oportuno para se lançar mãos a esse empreendimento vindo assim contribuir largamente para o progresso da nossa maravilhosa Colónia de Moçambique.

Antes de findar, cumpro o grato dever de expressar à Ex.^{ma} Direcção desta Patriótica Sociedade de Geografia de Lisboa, não só os meus agradecimentos pela deferência de ter permitido que aqui realizasse esta modesta comunicação, incluindo-a na sua sessão mensal, como ainda todas as facilidades concedidas e gentilezas havidas, e Senhor Presidente, solicito de V. Ex.^{a} o favor de transmitir a Sua Ex.^{a} o Snr. Comandante Álvaro Machado a expressão bem sentida, do meu muito reconhecimento pela maneira como Sua Ex.^{a} soube eliminar o óbice que à última hora surgiu a impedir a realização desta palestra, na qual tive apenas em vista, contribuir com algumas achegas, bem insignificantes por sinal, para o engrandecimento dessa parcela de território português que tem o nome de Colónia de Moçambique, autorizado prèviamente por Sua Ex.^{a} o Senhor Ministro das Colónias.

A V. Ex.^{a} Senhor Adido à Legação de Itália, apresento o sentir do meu muito reconhecimento pela elevada honra que foi para mim, o ter tido a amável deferência de pessoalmente e em representação do Ex.^{mo} Ministro do vosso país, nação que eu tanto admiro, dar a sua presença a este acto.

Para V. Ex.^{as} minhas Senhoras e Senhores, com o pedido de me relevarem qualquer falta da minha parte, vai o meu muito agradecimento pela muita benevolência com que me escutaram. Muito e muito obrigado.

JOSÉ FONTES DE MELLO

Chefe da Brigada Técnica de Estudo da Exploração das Conchas Perolíferas e Marfim Vegetal de Moçambique

ADENDA:

Porque só no fim da comunicação acima tive conhecimento de ter havido um artista português que em Itália e até em Lisboa, se dedicou à confecção de alguns camafeus, informação que devo ao Escultor Ex.^{mo} Snr. Diogo de Macedo, procurei o escultor Ex.^{mo} Snr. José Simões d'Almeida (Sobrinho) que me facultou a transcrição de parte de um artigo seu, sobre o grande artista que foi, seu tio, José Simões d'Almeida Júnior, publicado no n.º 7 do Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, de 1940. Penitenciando-me da falta que cometi (por desconhecimento), de não ter citado na minha comunicação, este nosso artista, aqui faço a transcrição:

> «...........................Durante a sua permanência em Paris, relacionou-se meu tio com numerosos artistas de elevado mérito, e entre eles o grande escultor António Merciér que o convidou a modelar consigo o célebre grupo GLORIA VICTIS, colocado, num lugar de honra da Câmara Municipal daquela cidade. Quando admiramos aquela peça escultórica de notável valor, lembramo-nos de que um português deixou nela um pedaço do seu talento.
>
> Aquele escultor francês ofereceu a meu tio, na Academia, um jantar de honra a que assistiram todos os alunos do atelier Jouffroy.
>
> A desastrosa guerra de 70 tornou-lhe insustentável a vida em Paris. Soares dos Reis retirou imediàtamente para Portugal e ele, desejando ali manter-se, foi acampar em Vincennes como componente do «Batalhão de Voluntários Académicos», que se organizou depois da queda de Sedan e da proclamação da República. «Por falta de armamento e de instrução militar» — como diz nas suas memórias — deliberou voltar a Paris onde se demorou alguns dias, comendo do rancho e divertindo-se no «Café-Concerto» organizado pelos estudantes.
>
> Faltou-lhe então a pensão do Estado, e, encontrando-se sem recursos, regressou a Portugal, pelo Havre, onde embarcou num navio açoreano.
>
> Em 30 de Outubro imediato, partiu para Itália com os

pensionistas Silva e Gaspar. Conheceu em Génova o arquitecto Alfredo de Andrade que o apresentou e recomendou ao escultor Júlio Monteverde.

Em Roma, foram alojados em Santo António dos Portugueses, onde se juntou Soares dos Reis, que havia chegado poucos dias depois.

Meu tio deixou aquele albergue, por não querer sugeitar-se à imposição de recolher às 9 horas, como era obrigatório para todos os hóspedes.

Alugou atelier com os escultores seus amigos de Paris, S. Gaudens, americano e Públio Déplice; Nele modelou as estátuas *Desfolhando Malmequeres* e o *Orfão*, pertencentes agora ao Museu de Arte Contemporânea.

Com estes dois artistas especializou-se na gravura de camafeus, em que o primeiro era exímio; e, praticando tão apreciada modalidade no tempo, conseguiu realizar os fundos necessários com que havia de instalar-se em Lisboa. Existem ainda na posse de pessoas de família alguns daqueles exemplares que sairam das suas mãos. São joias duma rara delicadeza.

Meu tio desejava continuar em Roma; mas a conselho de seu pai, regressou a Lisboa, onde chegou a 21 de Fevereiro de 1872, depois de ter visitado Pisa, Milão, Florença, Veneza, Marselha e Madrid.

Instalou-se em Lisboa, definitivamente, com 28 anos de idade, tendo sido o seu primeiro atelier na rua da Boa Vista em frente ao Boqueirão do Duro. Os primeiros tempos foram de grandes dificuldades e decepções, vendo-se na necessidade de aceitar a encomenda de uma estátua para jazigo, do canteiro Moreira Rato, que foi paga por 15 libras.

Tentou vender alguns camafeus, mas, como não fossem apreciados devidamente e oferecessem por eles ridículas insignificâncias, deixou de os fazer.»

Ao estatuário Ex.^{mo} Snr. José Simões de Almeida (Sobrinho), devo ainda, a gentileza de me ter cedido as inéditas fotografias, insertas aqui,

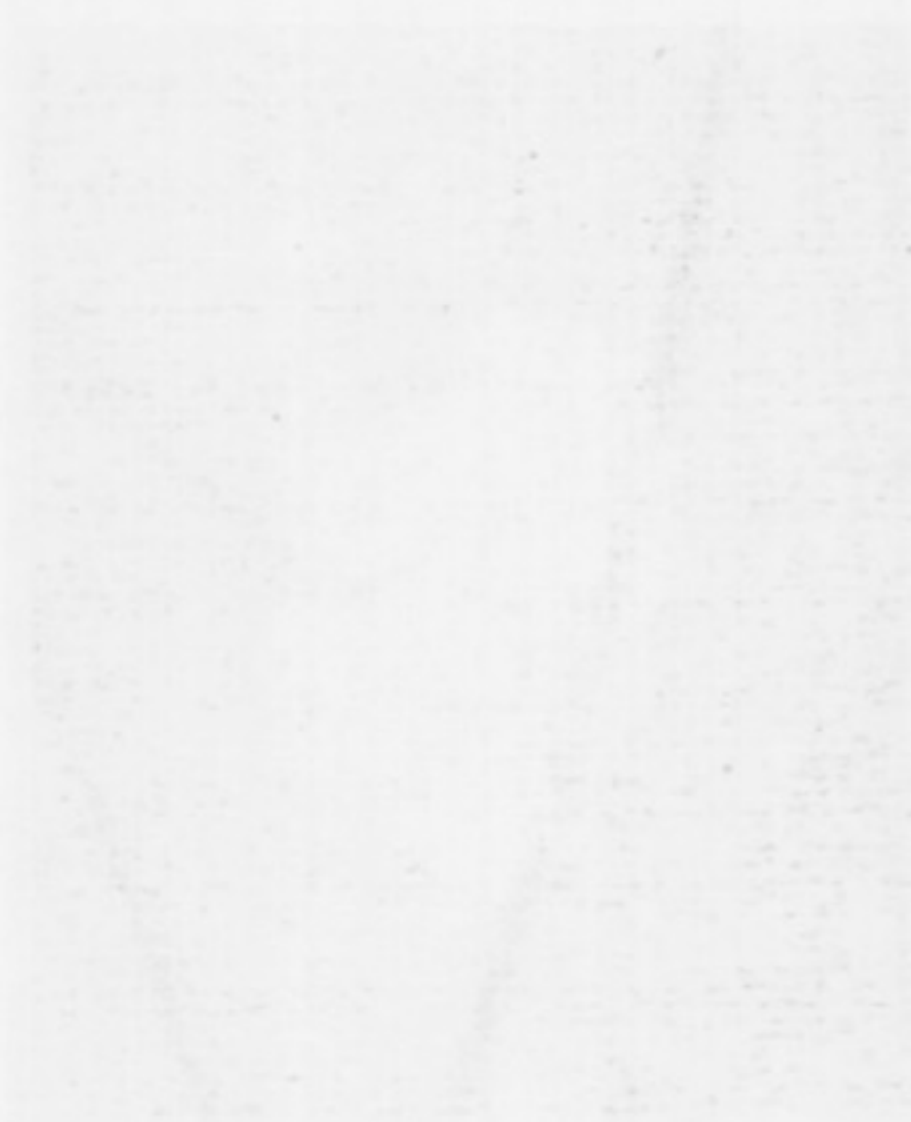
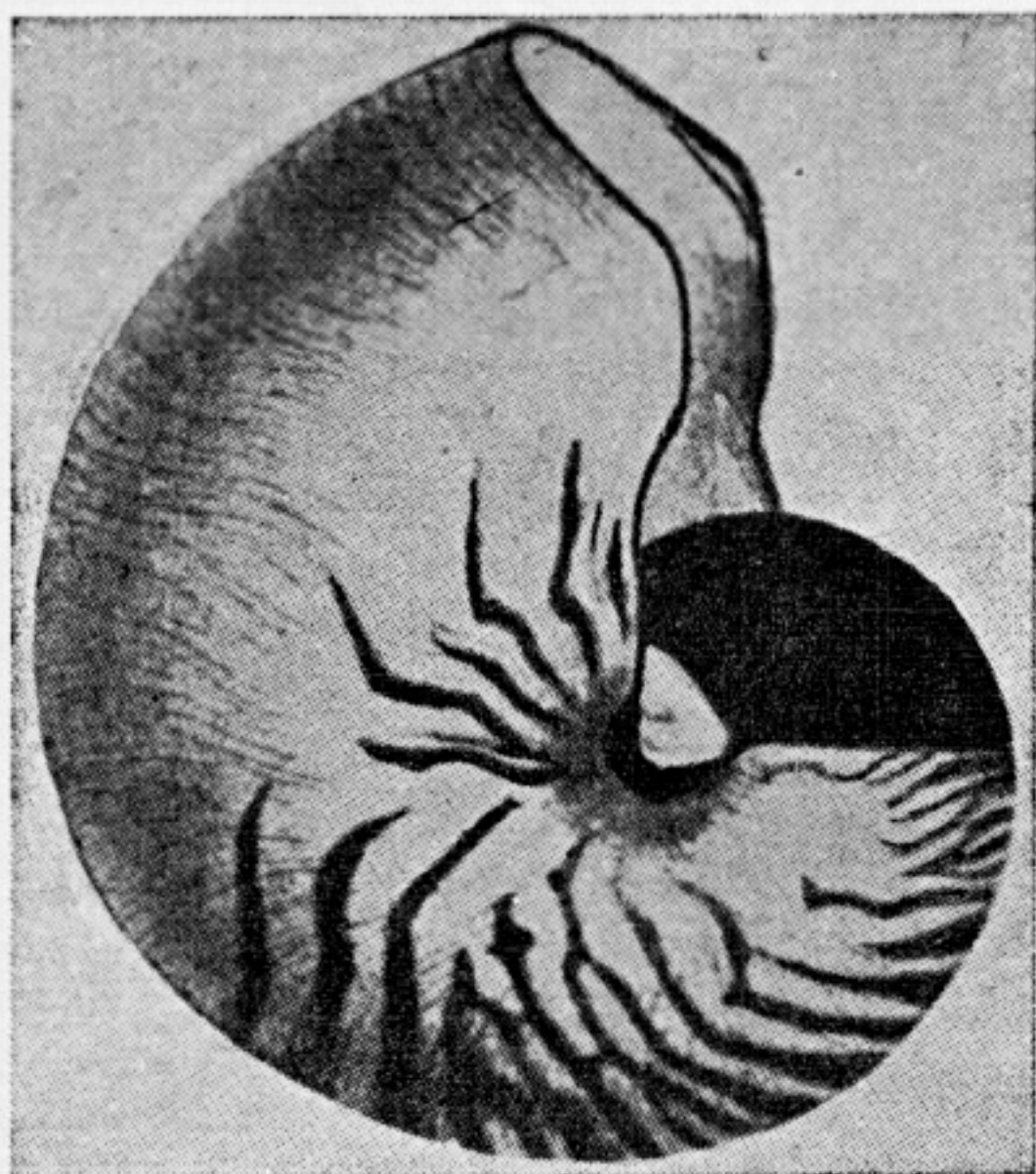
reproduzindo dois belíssimos e artísticos camafeus, da autoria do seu tio, escultor José Simões de Almeida Júnior, que constituem saudosa recordação deste e estão na posse de sua família.

No Porto, no dia 24 de Fevereiro último, o industrial Snr. Gabriel Costa, falou-me num artista nosso que estava trabalhando na confecção de camafeus de madrepérola, esculpindo-lhes assuntos religiosos. A meu

Fig. 16 — *Outro belo e artístico camafeu da autoria do escultor José Simões d'Almeida Júnior*

pedido, levou-me a Baltar, no seu carro, e então tive ocasião de admirar alguns belos exemplares de baixos relevos sobre madrepérolas, com várias imagens.

Depois de lhe fazer a descrição dos camafeus que os italianos esculpem nos búzios CASSIS RUFA da nossa Colónia de Moçambique, prometi, logo que chegasse a Lisboa, enviar-lhe alguns exemplares desses búzios, para que tentasse realizar nos mesmos alguns trabalhos. Fiz expedir para Baltar ao Snr. Adriano Coelho da Silva, que é o artista em referência, os búzios prometidos e tive já o prazer de apreciar dois trabalhos seus sobre os referidos búzios e alguns outros sobre os búzios «TURBOS», de que lhe fiz também remessa de alguns exemplares. É com satisfação que registo aqui este facto, pois este artista pode enfileirar ao lado dos bons artistas italianos, que se dedicam a esculpir os delicados camafeus.

J. F. M.

Búzio «Nautilos Pompilius» do Timor Português. Exemplar cedido gentilmente pelo Ex.^mo Governador daquela Colónia, Snr. Capitão Óscar Ruas